



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

DISPENSAÇÃO DE ANTIBIÓTICOS EM FARMÁCIAS COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS¹

Paula Schubert², Dieine Caroline de Melo Wirzbicki³, Karla Renata de Oliveira⁴.

¹ Trabalho resultante do componente curricular Seminário de Pesquisa II, do curso de graduação em Farmácia

² Acadêmica do curso de Farmácia, do Departamento de Ciências da Vida, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

³ Acadêmica do curso de Farmácia, do Departamento de Ciências da Vida, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

⁴ Farmacêutica, mestre, docente do Departamento de Ciências da Vida, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos dispensadores em relação aos antibióticos, bem como, conhecer o processo de dispensação nas farmácias comunitárias do município de Ijuí, RS. Verificou-se que 79% dos dispensadores denominam-se balcofarmacistas contrariando a legislação que diz que esta é uma atribuição indelegável do farmacêutico. A maioria dos entrevistados relatou dispensar antibióticos mediante apresentação de receita e fornecendo informações aos usuários sobre o tratamento. Entretanto, 36% dos entrevistados afirmaram não perguntar ao usuário se já usaram o medicamento dispensado, o que mostra que não há preocupação em orientar e informar sobre o tratamento, precauções e guarda do medicamento. Com relação ao mau uso de antibióticos, 46% dos entrevistados relataram a resistência como principal problema, sendo que esta vem aumentando em consequência do uso irracional destes fármacos. Assim, recomenda-se que os balcofarmacistas continuem atendendo o usuário, mas que o farmacêutico finalize a dispensação fornecendo as orientações necessárias, pois esta atribuição e responsabilidade é sua e indelegável.

Palavras chave: antimicrobianos; dispensadores; farmacêutico; legislação.

Introdução

As bactérias são seres vivos presentes no meio ambiente que podem causar infecções no organismo humano (RANG et al., 2003). Para combater estas infecções foram desenvolvidos os antibióticos, inicialmente definidos como substâncias produzidas por diversas espécies de micro-organismo que matam ou inibem o crescimento de outros micro-organismos. Contudo com a síntese semi-sintética e sintética de agentes antimicrobianos, o termo antibiótico se estendeu para incluir estas substâncias também (CHAMBERS, 2005). Conforme o mesmo autor, o termo antimicrobiano também pode ser usado para designar os fármacos usados no tratamento de infecções bacterianas.

A utilização dos antibióticos é mais frequentemente relacionada à prevenção ou tratamento de uma infecção e tem como objetivo matar ou inibir o crescimento dos micro-



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

organismos patogênicos sendo que o tratamento com estes fármacos expõe os usuários a certos riscos como a indução de mecanismos de resistência bacteriana (CHAMBERS, 2005). Este mesmo autor diz que a resistência ao fármaco ocorre quando cepas de bactérias são capazes de se multiplicar na presença de concentrações de antibióticos acima dos níveis tóxicos para as células humanas. De acordo com Rang et. al (2003) o desenvolvimento de resistência é um fenômeno biológico natural que se seguiu à introdução dos antibióticos na prática clínica. Sendo que o uso disseminado e de forma errada desses medicamentos tem contribuído para o aumento da resistência (CHAMBERS, 2005).

Visando restringir o acesso aos antibióticos foi publicada a RDC nº 20/2011, que torna obrigatória a apresentação da receita, quando da dispensação de antibióticos, com retenção da segunda via desta. Assim, visa-se controlar de forma mais eficaz a utilização desses fármacos e o avanço da resistência microbiana, um dos principais problemas decorrentes de seu uso indiscriminado (BRASIL, 2011a).

Embora a prática da dispensação seja uma atividade privativa do farmacêutico (BRASIL, 2011b), cada vez mais profissionais não habilitados vem realizando-a, como foi constatado por Arrais et al. (2007) em Fortaleza/CE, onde 833 indivíduos responderam à questões relativas a última aquisição de medicamentos em farmácia ou drogaria, referindo 57,1% destes, que a dispensação foi realizada por balconistas.

A RDC nº 20/2011 estabelece que a dispensação é o ato do farmacêutico de fornecer um ou mais medicamentos a um paciente, em resposta a apresentação de uma receita, elaborada por um profissional autorizado. Nesse momento os profissionais da farmácia interagem diretamente com os usuários, com o objetivo de disponibilizar medicamentos de qualidade, fornecer informações sobre o uso correto, seguro e eficaz do medicamento e documentar as atividades profissionais (BRASIL, 2011a).

A Resolução 542/2011 vem complementar e garantir a segurança dos usuários, uma vez que preconiza que no ato de dispensação o farmacêutico tem a responsabilidade de orientar quanto ao uso de antibióticos enfatizando a importância do cumprimento da posologia, a possível influência dos alimentos, as interações com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de armazenamento necessárias à preservação da qualidade do produto (BRASIL, 2011b).

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi verificar o conhecimento dos dispensadores em relação aos antibióticos, bem como, conhecer o processo de dispensação desses medicamentos em farmácias comunitárias do município de Ijuí, RS.

Metodologia

Foi realizado um estudo transversal, quantitativo e descritivo utilizando um questionário constituído de questões relativas às características dos entrevistados (idade, escolaridade, tempo de serviço) e ao processo de dispensação de antibióticos como principal fonte de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro de 2011, em cinco farmácias comunitárias localizadas na região central do município de Ijuí/RS. Foram convidados a responder o questionário profissionais que dispensavam antibióticos nas farmácias selecionadas, exceto farmacêuticos, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sob o Parecer Consubstanciado nº 023/2011.

Resultados e Discussão

Foram entrevistados 28 atendentes de farmácia que atuam na dispensação de antibióticos em cinco farmácias do município de Ijuí, com idades entre 19 e 52 anos, de ambos os sexos. As mulheres representaram 75% (21) dos entrevistados, sendo que grande parte delas encontrava-se na faixa etária de 20 a 29 anos (39%). Quando questionados sobre sua função na farmácia 79% (22) denominou-se balcofarmacista, e 21% (6) afirmaram desempenhar outras funções, que incluíam: gerente, consultor de beleza, operador financeiro e estagiário.

Apesar das variadas funções identificadas a partir da questão supracitada, todos relataram dispensar medicamentos e entre eles os antimicrobianos, atividade que de acordo com a Resolução 542/2011, é exclusiva do farmacêutico, uma vez que sua atuação é um requisito essencial para a garantia de um tratamento correto, seguro e eficaz (BRASIL, 2011b).

A mesma Resolução estabelece que, no momento da dispensação de um antimicrobiano, o farmacêutico deve explicar ao usuário de maneira clara e detalhada o benefício do tratamento prescrito, uma vez que essa orientação é fundamental para a adesão ao tratamento e para minimizar a ocorrência de resistência bacteriana. Assim, é necessário que essa orientação seja realizada de acordo com as necessidades individuais do usuário, de forma que se possa certificar que este não apresenta dúvidas em relação ao motivo da prescrição, ao modo de ação dos medicamentos prescritos, sua forma de uso (como, quando e quanto), duração do tratamento, possíveis efeitos adversos, interações e, precauções especiais (BRASIL, 2011b).

No presente estudo, a maioria dos entrevistados, 57% (16), afirmaram dispensar antibióticos todos os dias e 32% (9) de três a quatro vezes na semana, destes 53% (19) dispensam apenas com receita médica, fornecendo ao usuário informações relativas ao tratamento. Por outro lado, deve-se destacar que 6% (2) dos entrevistados, relataram apenas consultar a receita e dispensar.

Segundo Nicolini et al. (2008), a falta de conhecimento do usuário sobre o tratamento tende a comprometer a melhora do quadro clínico. Os autores destacam que enquanto os usuários não forem devidamente informados sobre todas as etapas do tratamento, do diagnóstico até o término, pode haver comprometimento na adesão ao tratamento, consequentemente, cada vez mais as doenças se tornaram reincidentes e a resistência bacteriana estará mais presente.

Outro dado obtido diz respeito aos dispensadores questionarem os usuários a respeito de já terem feito uso anterior da medicação que está sendo dispensada. Apesar da maioria dos entrevistados mencionarem que tem essa preocupação, um percentual relativamente alto, (36%) afirmou não perguntar se o medicamento já foi utilizado.

Essa falta de atenção do momento da dispensação também foi evidenciada por Arrais et al. (2007), que concluíram que o atendimento nas farmácias e drogarias deixa muito a desejar, já que, na maioria das vezes não há preocupação por parte dos dispensadores em



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

solicitar informações importantes que possam ser utilizadas na prevenção de possíveis agravos à saúde do usuário, ocasionados pelas reações adversas e interações medicamentosas, assim como não há preocupação em orientar e informar sobre o tratamento, precauções e guarda do medicamento.

Em estudo realizado por Nicolini et al. (2008) com 149 usuários de uma unidade de farmácia pública no município de São Paulo/SP, verificou-se que em aproximadamente 30% dos casos o tratamento com antibióticos pode estar comprometido, já que uma grande parte dos usuários desconhece o diagnóstico de sua doença (10,74%), outros não entendem a posologia do antibiótico (15,44%) e ainda, uma pequena parcela, mas que merece destaque desconhece tanto o diagnóstico, quanto a posologia (3,36%). Essas dúvidas e desconhecimentos poderiam ser esclarecidas junto a um farmacêutico, que é um profissional habilitado para tal.

Quando questionados sobre a faixa etária que mais fazia uso de antibióticos dispensados por eles, 71% dos entrevistados mencionaram dispensar mais para adultos do que para crianças, sendo que para estas, a maioria (57%) não fornece informações adicionais, ou faz qualquer questionamento diferente em relação a dispensação para os adultos. Dados diferentes foram encontrados em Pelotas/RS, por Berquó et al. (2004) em um estudo realizado com 6.145 indivíduos, onde foi verificado que o uso de antimicrobianos em crianças de até 4 anos de idade foi quase 2,5 vezes maior do que entre as pessoas com mais de 60 anos.

Quando os medicamentos são destinados a criança há a necessidade de o acompanhante ser orientado sobre o uso do medicamento. Em estudo realizado por Menezes, Domingues & Baisch (2009) em Bagé/RS com acompanhantes de crianças que receberam prescrição de antimicrobianos, 41,1% destes compreendeu inadequadamente a prescrição. Entre os fatores citados para a compreensão inadequada estão, fatores relacionados ao prescritor, como a clareza das informações verbais e escritas, fornecidas durante a consulta médica, e os referentes ao acompanhante da criança, tal como a dificuldade em questionar durante a consulta. Esta compreensão inadequada pode levar a falhas na terapia farmacológica, o que também poderia ser evitado a partir de orientações fornecidas pelo farmacêutico relativa ao uso correto dos antibióticos, no momento da dispensação.

Ao serem questionados a respeito de terem ou não conhecimento de algum problema relacionado ao mau uso de antibióticos, 71% relataram conhecer, entre estes, 46% apontaram a resistência bacteriana como principal problema.

De acordo com Chambers (2005), de todos os fármacos, os antimicrobianos estão entre os mais utilizados comumente e o mais preocupante, é que eles também estão entre os mais utilizados de modo incorreto pelos médicos, pois sabe-se que estes fármacos não possuem qualquer efeito antiviral, entretanto 50% ou mais dos pacientes com diagnóstico de infecção viral das vias respiratórias recebem como tratamento um antibiótico. Esse uso disseminado e incorreto leva ao aumento da resistência bacteriana e, conseqüentemente, a necessidade cada vez maior de novos fármacos além de contribuir para os custos crescentes da assistência médica (CHAMBERS, 2005).

Entre os dispensadores entrevistados 50% (14) relataram conhecer problemas decorrentes do uso de antibióticos com outro medicamento e/ou com alimentos, dentre estes, o principal problema citado foi a redução do efeito dos anticoncepcionais (63%). Em um estudo de



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

revisão Santos et al. (2006) destacam que a rifampicina, diminui a eficácia contraceptiva devido a indução da atividade enzimática hepática, e também relatam a existência de um subgrupo de mulheres com risco mais elevado de falha contraceptiva, que não está diretamente relacionado à co-administração de contraceptivos e antibióticos, mas sim a variações de seu metabolismo. Por outro lado Rang et al. (2003), alerta que os antibióticos aumentam a ação da varfarina, quando usados concomitantemente, além de que cloranfenicol, ciprofloxacino e a eritromicina inibem o metabolismo da teofilina, aumentando seu efeito, tanto terapêuticos quanto tóxicos, porém nenhuma destas foi citada pelos entrevistados.

Conclusões

A partir deste estudo verificou-se que os profissionais que realizam a dispensação nas farmácias não são habilitados, uma vez que a legislação estabelece que esta é uma atribuição exclusiva do farmacêutico.

Ainda que a dispensação estivesse sendo realizada diariamente pela maioria dos entrevistados verificou-se que orientações essenciais muitas vezes deixam de ser fornecidas aos usuários devido a falta de informações a respeito do medicamento, por parte dos dispensadores e a ausência do farmacêutico no processo. O que pode originar consequências graves, como diminuição da adesão ao tratamento, recidiva da doença e facilitar o desenvolvimento da resistência bacteriana.

Diante disso, sugere-se que os balconistas continuem realizando o atendimento, confirmam a prescrição e anotem os dados necessários para a escrituração dos medicamentos antimicrobianos, porém o farmacêutico deve estar presente para finalizar o processo de dispensação, já que este é o profissional realmente habilitado para realizar esta função.

Apesar de a amostra ter sido constituída por um número reduzido de indivíduos, os resultados obtidos puderam ser comparados à outros estudos, que obtiveram dados semelhantes, indicando que a falta de conhecimentos dos dispensadores não é um problema local, mas que merece atenção em todo o país.

Referências

ARRAIS, Paulo S.D.; BARRETO, Maurício L.; COELHO, Helena L.L. Aspectos dos processos de prescrição e dispensação de medicamentos na percepção do paciente: estudo de base populacional em Fortaleza, Ceará, Brasil. Caderno de Saúde Pública, v. 23, n.4, p. 927-937, 2007.

BERQUÓ, Laura S. et al. Utilização de antimicrobianos em uma população urbana. Revista de Saúde Pública, v. 38, n.2, p.239-246, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 20, de 5 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 maio 2011.





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº542, de 19 de janeiro de 2011. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na dispensação e no controle de antimicrobianos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jan. 2011.

CHAMBERS, Henry F. Antimicrobianos considerações gerais In: GOODMAN, Louis S.; GILMAN, Alfred. As bases farmacológicas da terapêutica. 10 ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2005.

MENEZES, Ana P. S.; DOMINGUES, Marlos R.; BAISCH, Ana L. M. Compreensão das prescrições pediátricas de antimicrobianos em Unidades de Saúde em um município do sul do Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia, v.12, n.3, p.478-89, 2009.

NICOLINI, P. et al. Fatores relacionados à prescrição médica de antibióticos em farmácia pública da região oeste da cidade de São Paulo. Ciência e Saúde Coletiva, v.13, sup., p.689-696, 2008.

RANG, H.P. et al. Farmacologia. 5.ed. Londres: Elsevier, 2003.

SANTOS, Mário V. dos; et al. A eficácia dos contraceptivos orais associados ao uso de antibióticos. Revista Ciência Médica, v.15, n.2, p.143-149, 2006.